

31 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

Barbosa sofre derrota em ADI para reverter cassação

**Defesa
de ex-prefeito
tenta recuperar
os direitos
políticos,
suspensos
por oito anos**

Loriane Comeli
Reportagem Local

O ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT) sofreu mais duas derrotas judiciais - entre pelo menos outras 15 - na tentativa de reverter a cassação de seu mandato pela Câmara Municipal em 30 de julho deste ano sob acusação de infração político-administrativa formulada pela Comissão Processante da Centronic. Mesmo sem chance de voltar ao cargo, a intenção é recuperar os direitos políticos que estão suspensos por oito anos em razão do impeachment.

**Desembargador
alega que diretório
local não tem
legitimidade**

Uma das decisões é do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, do último dia 25. O diretório municipal do PDT havia ajuizado ação direta de inconstitucionalidade (ADI) questionando artigos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara que regulamentam a cassação do mandato do prefeito. O argumento era que tais dispositivos ferem a Constituição Estadual porque o autor da denúncia, o PMN, não tinha representatividade na Câmara Municipal. No caso estadual, a exigência é representatividade na Assembleia.

Porém, o relator do processo, desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, da 5ª Câmara Cível, extinguiu a ação por falta de legitimidade do diretório municipal. O entendimento é que apenas o diretório estadual poderia entrar com uma ADI.

"Nessas condições, indefere-se a petição inicial e julga-se extinto o processo, sem resolução de mérito."

O advogado Adolfo Góis disse que irá avaliar o melhor caminho sobre a decisão do TJ. "É uma decisão formalista e antiquada. Vamos avaliar o caminho mais célere, que talvez seja concordar com a decisão e entrar com outra ADI com procuração do diretório estadual."

A defesa também entrou com reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF) argumentando que houve descumprimento da súmula 722, que determina como "competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento". A Justiça de Londrina não acatou os argumentos da defesa que questionavam a constitucionalidade da Lei Orgânica, onde está definido o processo de cassação.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

"O ministro Joaquim Barbosa rejeitou o pedido no último dia 23, argumentando, principalmente, que não houve prejuízo para a defesa. Góis apresentou recurso contra esta decisão.

31 OUT 2012

Apenas na primeira instância, a defesa de Barbosa ajuizou dez medidas

para reverter a cassação.

Todas tiveram os pedidos de liminar negados;

para algumas não cabe mais recurso e foram arquivadas; outras continuam tramitando; e duas esperam julgamento de recurso no TJ.

A CP concluiu que Barbosa teve responsabilidade na contratação de dois vigias da Centronic para a emissora de rádio da sua família que, na verdade, receberiam dinheiro público, por meio do contrato entre a prefeitura e a empresa de segurança. O ex-prefeito, que não pode disputar eleições até 2020, nega.

Góis disse que tem cerca de dois anos, até as eleições de 2014, para tentar obter a anulação do processo de cassação.

"O único objetivo da anulação é fazer com que meu cliente adquira novamente os direitos políticos." Porém, o advogado disse que não sabe quais as pretensões políticas do ex-prefeito.

3 1 OUT 2012

**FOLHA DE LONDRINA
MAIS DIREITOS**

Acordos firmados no Procon terão validade judicial

Segundo entendimento do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, consumidor não precisará mais recorrer ao Judiciário contra empresas que descumprirem termo de conciliação assinado nos órgãos de defesa. Para especialista, medida trará mais agilidade aos processos.

3 1 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

Acordos nos Procons poderão ter validade judicial

Caso o prestador de serviço não cumpra com o que ficou firmado nos órgãos estaduais, poderá ser executado diretamente no Poder Judiciário

Curitiba - A partir de agora, os acordos realizados nos Órgãos Estaduais de Proteção e Defesa do Consumidor (Procons) poderão ter validade judicial. Ontem, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça assinaram um acordo com o objetivo de possibilitar que as conciliações feitas entre consumidores e empresas nos Procons tenham validade judicial. Dessa forma, caso o prestador de serviço não cumpra o acordo firmado nos órgãos estaduais, poderá ser executado diretamente no Poder Judiciário, sem a necessidade de o cliente ter que entrar com um processo na Justiça.

A proteção dos direitos do consumidor é uma das prioridades da gestão do ministro Ayres Britto na presidência do CNJ. Segundo o juiz auxiliar da presidência do CNJ, Fernando Mattos, a ideia é que a parceria contribua para fortalecer o sistema de proteção dos direitos do consumidor no País.

Atualmente, se um acordo firmado no Procon não é cumprido, o consumidor pode ter que dispender mais esforços e recorrer ao Judiciário para ver seu direito garantido. Com a nova medida, que será seguida a partir do acordo, o cliente não precisará dar entrada em novo processo na Justiça, pois o acordo firmado nos Procons terá validade de decisão judicial.

O professor de Direito Comercial e do Consumidor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Carlos Eduardo Hapner, disse que qualquer instrumento que seja colocado à disposição do consumidor para que faça valer os seus direitos é uma medida bem-vinda. "É uma medida positiva desde que seja respeitado o direito das duas partes para que possam fazer a ampla defesa", afirmou.

Ele explicou que, se o acordo realizado no Procon for descumprido pelo fornecedor, o consumidor pode levar o assunto para o Poder Judiciário para que o acordo seja executado. Hapner acredita que esta medida vai trazer mais agilidade para o consumidor.

A advogada do Procon-PR, Cila dos Santos, ressaltou que o Código de Processo Civil estabelecia que o acordo assinado pelo consumidor, fornecedor e mais duas testemunhas é um título executivo extrajudicial. Quando o consumidor procurava o Juizado Especial, o acordo deveria ser executado, mas alguns Procons não faziam isso. "Agora nem os Procons e nem os juízes podem questionar o acordo", destacou.

Na prática, quando o consumidor chega no Juizado Especial ou na Justiça comum, não terá que apresentar toda a documentação que levou para o Procon, basta levar o acordo que foi firmado entre as duas partes - cliente e fornecedor.

"Acredito que os processos na Justiça vão ser mais rápidos e o consumidor tem chance de ter resultados positivos", completou Cila. Para causas até 20 salários mínimos, o consumidor pode procurar o Juizado Especial sem advogado, de 20 a 40 salários precisa de advogado. Para causas acima de 40 salários, deve procurar a Justiça comum.

31 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

Último réu do caso Amanda vai a júri

Terceiro réu do caso Amanda vai a júri

Londrina - O julgamento de Luiz Vieira Rocha, terceiro acusado de envolvimento no homicídio da estudante Amanda Rossi, morta em 2007 no campus da Unopar, será realizado hoje no Tribunal do Júri em Londrina.

A expectativa é de que o resultado seja divulgado entre o final da noite de hoje e o início da madrugada de quinta-feira. O crime completou cinco anos no último sábado, quando a família Rossi celebrou uma missa em homenagem a estudante. No ano passado, após 22 horas de julgamento, os réus Alan Aparecido Henrique e Dayane de Azevedo foram condenados a mais de 20 anos de prisão pelo homicídio da estudante.

Segundo a promotora Caroline Esteves, o Ministério Público (MP) tem uma hora e meia para a exposição inicial, seguido da defesa, que tem direito de utilizar o mesmo tempo. "O MP arrolou oito testemunhas e a defesa mais cinco. Ao todo são 13 testemunhas, mas não sabemos se todas vão comparecer", acrescentou.

A promotora informou que Rocha é acusado de homicídio triplamente qualificado, quando há motivação torpe (promessa de recompensa),

meio cruel (esganadura que provocou morte por asfixia) e dificuldade de defesa da vítima.

De acordo com ela, provas apontam que Rocha estava "efetivamente" na cena do crime com intuito de identificar a vítima, tomar conhecimento do andamento da "empreitada delituosa", dar cobertura aos executores, além de certificar-se da consumação do crime.

"Percebe-se que ele era, provavelmente, o elo de ligação entre o mandante e os executores", defende a promotora.

Em entrevista ao portal Bonde na quinta-feira, a advogada de defesa Cássia Vieira Rocha disse que vai manter a mesma versão apresentada desde o dia 22 de dezembro de 2008, quando Rocha foi preso e encaminhado para a Penitenciária Estadual de Londrina.

De acordo com a advogada, que é irmã do réu e assumiu o caso em agosto, Rocha estava em uma outra festa no momento do crime, não conhecia Amanda Rossi e não tinha acesso à área exclusiva aos alunos da Unopar.

3 1 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Atrás do prejuízo

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deu uma notícia ruim e outra boa ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. De um lado, o TJ é o quarto órgão do Judiciário brasileiro com mais processos atrasados, na ordem de 3,2 milhões de procedimentos aguardando manifestação dos magistrados ou execução da sentença. De outro lado, em 2011 mais casos acabaram concluídos que litigâncias novas foram abertas, aliviando minimamente a pressão sobre o Judiciário Estadual.

31 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Folclore

Quando apresentaram o estudo "Pai Presente" do CNJ e que trata da questão do reconhecimento de paternidade alguns políticos se precipitaram em ver naquilo, algo como o mensalão que poderia influenciar o segundo turno. Aliás por aqui não poucas vezes filho, real ou imaginário, fora do casamento foi usado na campanha.

CLÁUDIO HUMBERTO

Médico de Joaquim cuidou do papa João Paulo II

O tratamento na coluna do ministro Joaquim Barbosa começou na segunda-feira em Dusseldorf (Alemanha). Relator do processo do mensalão e futuro presidente do Supremo, ele recebe aplicações de "prp" (plasma rico em plaquetas) administradas pelo mesmo médico que cuidou do papa João Paulo II e de atletas como Alex Roriguez, astro do beisebol, Kobe Briant (Lakers) e o golfista fijiano Vijav Singh.

Resistência

Joaquim Barbosa sente dores, mas enfrenta bem o tratamento de uma semana, até retomar, dia 5, o julgamento dos réus do mensalão.

Intransferível

O ministro Joaquim pediu audiência para entregar pessoalmente a Dilma o convite para sua posse na presidência do STF, no dia 22.

31 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

Recadastramento confirmado para março

Juiz eleitoral destaca que biometria deve ser usada em Londrina e Maringá já no pleito de 2014

O recadastramento biométrico dos eleitores londrinenses será feito a partir de março de 2013 e deve terminar em até seis meses. Ao todo, serão 120 guichês para atender os mais de 360 mil eleitores - hoje são oito guichês de atendimento no Fórum Eleitoral de Londrina.

"São guichês bem menores, e deverão ser instalados no mesmo local onde hoje temos os oito guichês", explicou o juiz coordenador das eleições, Bruno Pegoraro. Ainda segundo o magistrado, haverá terceirização do serviço para que a Justiça Eleitoral consiga atender todos os eleitores no prazo estipulado. Deverão trabalhar cerca de 200 pessoas em todo o processo.

Quando a biometria for iniciada, as pessoas poderão marcar o recadastramento pelo site do Tribunal Superior Eleitoral. "O recadastramento serve para aumentar a segurança nas eleições, porque as digitais do eleitor ficam registradas juntamente com sua foto em um programa ligado às urnas", explicou. Mesmo assim, os eleitores ainda precisarão de um documento com foto para comprovar a identidade no dia do pleito.

Curitiba já teve esse ano as eleições biométricas. A previsão da Justiça Eleitoral é que em 2014 Londrina e Maringá também já estejam habilitadas para o procedimento. Quem não fizer o recadastramento, não poderá votar porque terá o título cancelado.

Mesários

Os mesários convocados para trabalharem na eleição e que deixaram de comparecer em suas zonas eleitorais ou deixaram o posto durante o período do pleito têm até amanhã para justificarem suas ausências. A justificativa deve ser entregue no Fórum Eleitoral. "Serve como justificativa atestado médico, passagens, declarações de empresas, ou qualquer documento que comprove a falta do mesário no dia da eleição", lembrou Pegoraro. Quem não tiver justificativa deverá pagar a multa de R\$ 3,51 por turno da eleição para obter seu comprovante de quitação eleitoral.

TRIBUNA DO PARANÁ

Tremor vira rotina no Fórum

Luiz Ferraz

O tremor sentido na estrutura do prédio do Fórum Cível, na Avenida Cândido de Abreu, no Centro Cívico, tem tirado o sossego das pessoas que trabalham e frequentam o local. Na sexta-feira, pela segunda vez em dois anos, o edifício precisou ser evacuado pelo Corpo de Bombeiros. Segundo os funcionários, no meio da tarde, uma juíza que trabalhava no sexto andar sentiu o tremor e imediatamente comunicou os outros juizes e os responsáveis pela engenharia do prédio. "Foi muito rápido. Em menos de 10 minutos o prédio estava totalmente vazio", diz um dos funcionários, que não quis se identificar.

Milena Oliveira, funcionária da 10.^a Vara Cível, no quinto andar, conta que o clima de insegurança tomou conta das pessoas que trabalham no local e frequentadores do prédio.

O diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça, Cornélio Unruh, informa que não há risco de desabamento. "Fizemos uma avaliação no ano passado e, em comparação com este ano, não houve alteração estrutural do prédio. Os tremores sentidos pelos funcionários acontecem até pelo fluxo intenso de veículos pesados na Cândido de Abreu, principalmente pelos ônibus de transporte coletivo que passam o dia inteiro em frente ao prédio", avalia.

31 OUT 2012

Sem problema na estrutura

André Vieira, secretário geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (Sindijus-PR), diz que o órgão enviou pedido para o Tribunal de Justiça reivindicando mais informações sobre as condições de edificação e cobrando providências.

A assessoria de imprensa da prefeitura informou que técnicos da Cosedi fizeram vistoria completa na segunda-feira e não foi constatado problema estrutural. As rachaduras aconteceram em paredes de gesso em drywall, mas não comprometem a estrutura. Como os engenheiros não constataram risco de desabamento, o Crea-PR não foi chamado.

31 OUT 2012

METRO

Em exercício

Kfourí Neto anuncia novo fórum

O governador em exercício, Miguel Kfourí Neto, anunciou ontem a construção de um novo Fórum em Foz do Iguaçu a partir de 2013. Além disso, ele antecipou que em dezembro serão instaladas duas novas varas de Fazenda no município.

Desde domingo o presidente do TJ-PR está exercendo o cargo de governador, pois Beto Richa está em viagem, assim como os seus sucessores legais. "Estamos dando sequência à rotina de governo, cumprindo compromissos e despachando atos inerentes à função", disse.

31 OUT 2012

METRO

STJ autoriza banco a cobrar taxa de cadastro

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou que as instituições financeiras têm o direito de cobrar tarifas para abertura de cadastro de clientes para análise de crédito desde que o valor esteja expresso nos contratos.

Segundo STJ, não há ilegalidade em se cobrar esse tipo de tarifa antes de conceder um financiamento ou abrir uma conta em uma instituição financeira, por exemplo, desde que esteja disponível ao consumidor essa informação.

A decisão não foi unânime e reformou uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) que considerou abusiva essa cobrança. A instituição financeira envolvida no processo recorreu ao Superior Tribunal de Justiça.

Os tribunais das instâncias inferiores não precisam seguir a decisão do STJ, porém, ela costuma servir de referência aos demais tribunais, uma vez que se houver recurso ao STJ, o posicionamento será o mesmo.

Exame da Ordem em debate

Hoje, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal debaterá a proposta de extinguir o exame da OAB com o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Amaro Henrique Lins. A audiência será realizada às 10 horas, no Plenário.

O assunto é tratado em 18 projetos de lei que tramitam em conjunto na Câmara. A maioria quer a extinção da prova, por considerar o diploma de ensino superior suficiente, mas alguns propõem ampliar as funções do exame e outros substituí-lo por comprovação de estágio ou de pós-graduação.

31 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JUSTIÇA EM NÚMEROS

Aumenta número de processos em tramitação na Justiça

Recorde de 25,9 milhões de processos baixados não foi suficiente para reduzir estoque

Quase 90 milhões de processos tramitaram na Justiça brasileira em 2011 — 71% processos que já estavam pendentes. O total de casos novos cresceu 8,8%. Ao longo de 2011 foram baixados aproximadamente 26 milhões de processos, quase o mesmo quantitativo ingressado. Foram proferidas 23,7 milhões de sentenças e decisões. Independentemente do ramo da Justiça, os processos de execução são a maior causa da morosidade. Já a despesa total da Justiça alcançou a cifra de R\$ 50,4 bilhões, sendo que aproximadamente 90% refere a gastos com recursos humanos.

Os dados fazem parte do levantamento Justiça em Números, divulgado nesta segunda-feira (29/10) pelo Conselho Nacional de Justiça. O documento apresenta um diagnóstico dos diversos seguimentos da Justiça brasileira, com indicadores sobre demanda, produtividade, pessoal e despesas.

O total de processos baixados apresentou aumento de 7,4% em relação a 2010 e atingiu o maior número nos últimos três anos. Entretanto, isto não foi suficiente para gerar uma redução do estoque de processos que teve um crescimento constante nos últimos três anos, sendo de 3,6% no período entre 2010 e 2011.

Em muito, esta situação tem como origem o aumento da demanda, visto que somente no último ano o número de casos novos aumentou 8,8%, não sendo equilibrado, portanto, pelo crescimento do total de processos baixados.

TRIBUNAIS SUPERIORES

Nos tribunais superiores, cada magistrado julgou em média 6.955 processos no STJ, 6.299 processos no TST, 1.160 processos no TSE e 54 processos no STM. Em 2011, tramitaram cerca de 371 mil processos no TST, 5,8 mil no TSE e 1,2 mil no STM (35% de pendentes). No STJ não foi possível determinar o quantitativo de processos, pois o tribunal não informou a quantia pendente de anos anteriores. Porém, foi verificado que o STJ baixou um total de processos equivalente a 69% de seus processos. Para os demais tribunais superiores, essa relação equivale a mais de 90%.

JUSTIÇA ESTADUAL

No decorrer de 2011, tramitaram na Justiça Estadual cerca de 70 milhões de processos, 2,2% a mais que no ano anterior. Desse volume processual, 73% (51,7 milhões) já se encontravam pendentes desde o término do ano anterior, o que demonstra que a maior dificuldade do

Poder Judiciário nos estados está na liquidação de seu estoque. Isso porque, de forma geral, a Justiça Estadual tem sido capaz de baixar os processos em quantitativo equivalente ao total ingressado.

JUSTIÇA FEDERAL

Cerca de 11,5 milhões de processos tramitaram na Justiça Federal em 2011, 3,4% a mais do que no ano anterior. Desse volume processual, 71% já se encontrava pendente. Assim como na Justiça Estadual, grande parte da dificuldade em se proceder à baixa dos processos está na execução. Dos 11,5 milhões de processos em tramitação, 4,3 milhões estão na fase de execução. O número de processos novos cresceu 5%.

CONTINUA

31 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Na Justiça do Trabalho tramitaram aproximadamente 6,9 milhões de processos em 2011, 5% a mais do que no ano anterior, sendo que o número de casos novos cresceu 10%. Desse volume processual, 47% encontravam-se pendentes. A fase de execução também é a grande dificuldade da Justiça do Trabalho, dos 3,3 milhões de casos pendentes, 60% referem-se à execução, atingindo-se uma taxa de congestionamento de 69%, enquanto, na fase de conhecimento, essa taxa cai para 30,7%.

JUSTIÇA ELEITORAL

No decorrer de 2011, tramitaram na Justiça Eleitoral cerca de 136 mil processos. Desse volume processual, 46% encontravam-se pendentes desde o término do ano anterior. A Justiça Eleitoral conseguiu baixar 24,5% mais processos do que o quantitativo ingressado. Estima-se que o ano de 2011 tenha sido finalizado com saldo de aproximadamente 44 mil processos pendentes, ou seja, 29% a menos que o existente no início do ano.

JUSTIÇA MILITAR

A análise feita na Justiça Militar limita-se aos TJMs dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No decorrer de 2011, tramitaram na Justiça Militar estadual cerca de 12 mil processos. A maioria dos processos que ingressam nessa Justiça é de caráter não criminal, entretanto os casos pendentes são majoritariamente criminais.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

INSS lidera lista do CNJ

com os maiores litigantes do país

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou a lista de 2012 dos 100 maiores litigantes - envolvidos em processos judiciais - do país. A relação contabiliza as ações ingressadas na primeira instância das justiças estaduais, Federal e do Trabalho entre janeiro e outubro do ano passado. Nas primeiras posições, bancos, órgãos públicos e municípios, além de grandes empresas concessionárias.

31 OUT 2012

O campeão de ações foi o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que tem 4,38% dos processos nas três esferas da Justiça, liderando os percentuais tanto nos estados como na área federal.

O conselheiro do CNJ responsável pelo estudo, José Guilherme Werner, atribuiu a situação do INSS como maior litigante do país ao grande número de processos individuais de beneficiários ou cidadãos requerendo benefícios.

Na lista, o órgão público da Previdência Social é seguido da BV Financeira S/A (1,51%), do Grupo Votorantim, do município de Manaus (1,32%), da Fazenda Nacional (1,20%) e do Estado do Rio Grande do Sul (1,17%). O país conta com mais de 90 milhões de processos abertos.

“Não há apenas uma causa que a gente possa apontar para isso, mas, em grande parte, o maior volume de ações é de execuções fiscais que os entes movem”, explicou Werner.

No levantamento feito por grupo de atuação, o setor público federal aparece como litigante em 12,14% dos processos, seguido por bancos (10,88%), municípios (6,88%), estados (3,75%) e empresas de telefonia (1,84%).

31 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Projeto do Código Penal recebe mais de 200 emendas

Sem esperar por nova prorrogação do calendário de tramitação, já cogitada por integrantes da comissão especial que examina a matéria, os senadores aceleraram a apresentação de emendas ao projeto do Código Penal (PLS 236/2012). O texto, que contava no início da semana passada com apenas 109 propostas de alterações, nada menos que 214 emendas - quase o dobro, portanto.

Até o momento, 20 senadores assinaram emendas para modificar diferentes trechos do projeto, entre os quais os dispositivos que tratam dos já conflituosos temas do aborto e da legalização das drogas para consumo pessoal em pequena quantidade. As sugestões alcançam ainda outros pontos que na fase de elaboração do texto inicial levantaram polêmica, como os que se referem aos crimes contra o patrimônio, os delitos praticados por indígenas e os que atentam contra os animais.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), por exemplo, incluiu entre as 43 emendas que registrou de uma só vez, na quinta-feira passada (24), sugestão para que qualquer delito patrimonial cometido sem violência ou grave ameaça - o furto, por exemplo - fique sujeito a representação por parte da vítima. Nesse caso, a investigação só seria convertida em processo judicial por decisão da pessoa atingida, que ainda poderia se contentar em ser reparada e fechar acordo com o autor do delito.

Pelo projeto, que foi elaborado por uma comissão de juristas com membros indicados pelos líderes partidários do Senado e tramita desde agosto, esse tipo de solução serviria para delitos patrimoniais de pequeno valor, com base no princípio da insignificância. Para o senador, esse conceito é "circunstancial" e não reflete automaticamente o valor do que foi subtraído da vítima.

"Caso a vítima procure o Estado e noticie o crime, o delito deixa de ser insignificante. A prevalecer a tese [do projeto] estaremos fomentando a prática de crimes patrimoniais, em virtude de seu pequeno valor para alguns, mas de inquestionável importância para outrem", argumenta Aloysio.

3 1 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Contrabando de cigarros não pode ser considerado crime de bagatela, decide TRF-4

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região reformou sentença que absolveu um homem flagrado pela Polícia Rodoviária Federal com expressiva quantidade de cigarros de origem estrangeira. Ele trafegava numa estrada da zona rural de Santa Terezinha do Itaipu, cidade paranaense próxima à fronteira com o Paraguai, de onde teria trazido a mercadoria.

A decisão foi da 7ª Turma, em julgamento de Apelação Criminal realizado dia 17 de outubro. A absolvição sumária em primeira instância se deu com base no princípio da insignificância, visto que o valor da mercadoria não ultrapassava R\$ 12 mil. A decisão levou o Ministério Público Federal a recorrer contra a sentença no TRF-4.

Conforme o relator da Apelação, desembargador federal Elcio Pinheiro de Castro, esse

tipo de crime transcende o limite fiscal, visto que ofende a saúde pública e a atividade industrial brasileira. O desembargador se aliou ao posicionamento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, que considera incabível o uso do princípio da insignificância em casos de contrabando. O entendimento do relator foi acompanhado pelos demais integrantes turma.

“Ocorrendo flagrante de posse de cigarros de procedência estrangeira, sem a devida liberação alfandegária e dos órgãos sanitários, a sentença que absolveu sumariamente o acusado deve ser reformada, sendo imperativo o prosseguimento do processo criminal”, afirmou Castro.

Com a decisão, os autos voltaram ao primeiro grau e devem ser reabertos para instrução e julgamento.

MP-PR recomenda interdição de abrigo para idosos por irregularidades

O Ministério Público do Paraná expediu nesta sexta-feira, 26 de outubro, recomendação administrativa para que a Secretaria de Assistência Social do município de Céu Azul, comarca de Matelândia, embargue integralmente um abrigo para idosos, localizado na Rua Rubino Pasquetti, número 322, por inúmeras irregularidades apontadas em procedimento preparatório. De acordo com a recomendação, na última inspeção realizada na Casa Lar pela 10ª Regional de Saúde, no dia 1º de outubro deste ano, foi constatada a presença de 24 idosos e irregularidades como: ausência de estatuto, de registro de entidade social, de regimento interno, de contrato formal de prestação de serviço com o idoso ou responsável, ausência de higienização local, de infra-estrutura para atender as necessidades dos idosos, entre outros.

31 OUT 2012

JORNAL DO ESTADO

QUATRO BARRAS/CAMPINA GRANDE DO SUL

Estatizado

Uma solenidade realizada na semana passada marcou a estatização da Vara Cível de Campina Grande do Sul, que também atende o município de Quatro Barras. O Tribunal de Justiça do Paraná oficializou a serventia judicial do cartório, cumprindo o que determina a Constituição Federal de 1988, durante o evento conduzido pelo 1º vice-presidente do TJPR, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação. Com a mudança, o cartório passa a funcionar sob responsabilidade direta do TJ, uma medida que visa melhorar a qualidade do atendimento jurisdicional.

31 OUT 2012

JORNAL DO ESTADO

EM ALTA

O estudo "Justiça em Números" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destacou o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) como o tribunal federal brasileiro com menor taxa de congestionamento. No TRF4, a taxa de congestionamento é de 60,4%, enquanto a média nacional é de 71%. O TRF4 tem sede em Porto Alegre e jurisdição sobre RS, SC e PR.

3 1 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

TJ retoma concurso sem entrevista reservada

CNJ determinou que 138 candidatos que haviam sido reprovados em sabatina privada sejam examinados por nova banca

O Tribunal de Justiça de São Paulo retoma hoje o 183.º concurso de ingresso na magistratura do Estado. Por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 138 candidatos, que anteriormente haviam sido reprovados pela banca examinadora do concurso original, serão submetidos a novas provas orais, diante de avaliadores recém-nomeados. O TJ não vai impor aos candidatos entrevistas reservadas.

No mês passado, o CNJ julgou, por 10 votos a 2, ilegalidades na quarta etapa do concurso, que corresponde à avaliação oral. Conselheiros reprovaram o fato de os candidatos, após o exame, que é público, terem passado por entrevistas de caráter pessoal e reservadas, sem registro.

Candidatos revelaram que foram questionados sobre “solidez da família”, sua opção religiosa e se haveria disposição da cônjuge de mudar de cidade para acompanhar o futuro magistrado. Candidatas tiveram que responder se pretendiam engravidar. O procedimento, segundo o CNJ, não está previsto na Resolução 75/2009, que disciplina os concursos para acesso à toga, nem no edital do concurso.

Cerca de 11 mil candidatos inscreveram-se para o concurso, que foi aberto em 2010, e 216 foram habilitados. Na prova oral passaram 70, dos quais 64 tomaram posse em setembro. Existem 186 vagas para juízes substitutos na Justiça de São Paulo, que abriga acervo fenomenal de 22,9 milhões de processos.

Os problemas no concurso foram levados ao CNJ pelo advogado e professor Luís Roberto Barroso. Ele representa candidatos que se consideraram prejudicados. Barroso apontou “violações a princípios constitucionais, como os da impessoalidade, da transparência e da isonomia”.

A vitória de Barroso, em nome dos direitos dos candidatos reprovados, permitiu-lhes voltar à disputa. “Confio nas instituições e acredito que a maioria dos candidatos será aprovada. Pelo País afora, sobretudo depois que o CNJ vedou entrevistas reservadas, o índice de reprovação em prova oral passou a ser mínimo. Esses rapazes e moças estudaram por anos a fio e superaram milhares de candidatos. Ninguém tem o direito ou o poder de arbitrariamente prejudicá-los. Se isso acontecer, voltamos ao CNJ e ao Supremo Tribunal Federal.”

Centenárias. “O TJ agiu corretamente, mas temos que respeitar a decisão do CNJ”, disse o desembargador Ivan Sartori, presidente da corte paulista. Ele confirmou que nessa nova fase do concurso não haverá mais entrevistas reservadas.

“Houve uma divergência formal. Essas entrevistas são centenárias, têm quase a mesma idade do tribunal. O CNJ deliberou e essas entrevistas estão suspensas. Não houve irregularidade.”

● Procuram-se juízes

22,9 milhões

é o número de processos na Justiça Estadual de São Paulo

186

é o número de vagas para juízes substitutos no Estado

64

é o número de juízes que tomou posse em setembro

31 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Senado aprova novo ministro do STF

O Senado aprovou ontem a indicação de Teori Zavascki, feita pela presidente Dilma Rousseff, para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal com a aposentadoria do ministro Cezar Peluso.



SÔNIA RACY

Na frente

● Cotada para a vaga de Ayres Britto no Supremo, Mary Elbe Queiroz lança o livro *Novos Horizontes da Tributação*. Hoje, no Caesar Business da Avenida Paulista.

31 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça barra despejo de índios caiovás

Desembargadora garante que tribo fique em área invadida até conclusão da demarcação

A desembargadora Cecilia Mello, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3.^a Região, garantiu ontem à comunidade de índios guarani caiová o direito de permanecer em uma área da Fazenda Cambará, em Iguatemi (MS), até que sejam concluídos os trabalhos de delimitação e demarcação das terras disputadas pelos índios e fazendeiros.

O local é objeto de um processo de reintegração de posse. Em setembro, uma decisão da Justiça havia determinado que os índios desocupassem a área. “O caso dos autos reflete, de um lado, o drama dos índios integrantes da comunidade indígena Pyelito Kue que, assim como outros tantos silvícolas brasileiros, almejam de há muito a demarcação de suas terras. E, de outro lado, o drama não menos significativo daqueles que hoje ocupam terras supostamente indígenas que, na maioria das vezes, adquiriram a propriedade ou foram imitados na posse de forma lícita e lá se estabeleceram”, afirmou a desembargadora na decisão.

Segundo ela, a situação mostra a “total ausência de providências” por parte do poder público relativas à demarcação das terras. “A inércia e a morosidade do procedimento administrativo contribuem para provocar tensões e conflitos entre índios e fazendeiros, restando ao Poder Judiciário responder ao embate apresentado.”

A aldeia guarani caiová, com cerca de 170 índios, está em uma área de mata ilhada na divisa da Reserva Sassoró com a Fazenda Cambará. A presença do grupo na área foi decretada ilegal pela

Justiça Federal há um mês e os indígenas foram condenados a deixar o local. Mas eles se negam a sair e prometem resistir à ordem judicial de despejo.

O governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, responsabilizou a Funai pelo impasse resultante da decisão de retirar os índios do local e disse não acreditar na ameaça de os índios se matarem se forem retirados à força da área.

Ontem, o PT divulgou nota em apoio à determinação dos índios de resistirem à tentativa de retirada da terra. “A luta dos povos guarani e caiová, em Mato Grosso do Sul, pela ocupação de suas terras tradicionais é uma determinação legítima, que resiste a todo o tipo de violência. É justo que a população indígena lute pela ocupação e pelo reconhecimento de seus territórios tradicionais”, diz a nota, assinada pelo presidente nacional do partido, Rui Falcão.

O texto lembra que o governo Lula, atendendo à reivindicação desses povos, instituiu seis grupos de trabalho, em 2008, para a identificação e delimitação de terras guarani caiová no cone sul de Mato Grosso do Sul. “O PT se solidariza com o povo guarani caiová quanto à sua luta pela retomada de suas terras e a necessidade de se fazerem cumprir os prazos acordados para o adequado encaminhamento do processo de regularização fundiária das suas terras tradicionais.”

31 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Senado aprova a indicação de Teori para vaga no STF

Votação foi finalizada ontem com 57 votos favoráveis e 5 contrários; agora, só resta Dilma formalizar a nomeação

Presidente indicou nome em agosto, em meio ao julgamento do mensalão; oposição ameaçou votar contra

O Senado aprovou ontem a indicação de Teori Zavascki para ministro do Supremo Tribunal Federal com 57 votos favoráveis e 5 contrários.

A aprovação segue agora para o Palácio do Planalto, para que a presidente Dilma Rousseff formalize a nomeação. Não há prazo para a posse e no Supremo, segundo a **Folha** apurou, a avaliação é que dificilmente ela ocorra antes do dia 22 de novembro.

Essa é a data marcada para a cerimônia de posse de Joaquim Barbosa na presidência do tribunal — o cerimonial do Supremo está, neste momento, ocupado com isso.

Teori foi indicado por Dilma em agosto, em meio ao julgamento do mensalão. Naquele momento, senadores do DEM e do PSDB ameaçaram votar contra o nome por entenderem que a medida tomada pela Presidência poderia ter o objetivo de influenciar o resultado do processo.

Como o governo adiou a votação no Senado para desvincular a indicação do julgamento do mensalão, as resistências à indicação de Teori acabaram cessando.

A avaliação de ministros do STF ouvidos pela **Folha** é que Teori não deve participar da chamada dosimetria das penas, já que ele não participou da condenação dos réus.

Para a aprovação da indicação, eram necessários 41 votos favoráveis. O governo aproveitou o quorum (número de senadores presentes no plenário) alto para garantir ontem a aprovação de Teori.

POSIÇÕES

Catarinense de nascimento, mas radicado no Rio Grande do Sul, Teori é atualmente ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Durante sua sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, ele afirmou ser contrário à aprovação da chamada PEC da bengala, que aumenta de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria na magistratura.

Teori também disse ser contrário à ideia de manter como cláusula pétrea da Constituição a maioria penal. Defendeu ainda mudanças no foro privilegiado das autoridades, embora seja favorável à sua manutenção. “Acho que talvez poderíamos pensar em eliminar certas funções desse rol”, afirmou aos senadores.

Durante a sabatina, Teori disse ser contrário à convocação de ministros da corte ou do procurador-geral da República por CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) do Congresso.

O ministro também afirmou que “não seria cabível” a essas comissões indiciar representantes de outros Poderes.

FOLHA DE S. PAULO

31 OUT 2012

STF suspende incentivo fiscal para tablets em SP

Justiça acolhe pedido do governador do AM

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu o incentivo fiscal concedido pelo governo de São Paulo para a produção de tablets no Estado.

A liminar agora precisa ser referendada pelo plenário.

Em julho, o governo paulista incluiu os tablets na lista de equipamentos que têm direito a pagar 7% de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) na fabricação do produto — a alíquota costuma ser de 18%.

No fim do mesmo mês, o governador do Amazonas, Omar Abdel Aziz (PSD), entrou no STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade para tentar anular o decreto.

Em sua decisão, o ministro invocou a “guerra fiscal” entre os Estados e disse que outras decisões do Supremo têm anulado leis, decretos e atos normativos estaduais que contrariam a Constituição.

No início de junho, o STF considerou inconstitucionais 14 normas estaduais que concediam incentivos fiscais por meio de redução do ICMS.

As empresas CBTD, Digi-brás, Greenworld, Positivo e Samsung têm projetos para se instalar no Amazonas, segundo o governo local.

O temor de Aziz é que a alíquota menor de São Paulo leve as fabricantes a desistir de se instalar no Estado.

Condenado, ex-sócio de Valério entrega passaporte ao Supremo

Condenado no julgamento do mensalão, o advogado Rogério Tolentino se antecipou a uma decisão do Supremo e entregou seu passaporte.

O ex-sócio do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza foi condenado por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção ativa.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, requisitou na semana passada ao STF que determine a apreensão dos passaportes dos 25 condenados para evitar que eles deixem o país.

O pedido, que está sob sigilo de Justiça, chegou ao tribunal na última quarta-feira e está no gabinete do relator Joaquim Barbosa.

O advogado de Tolentino, Paulo Sérgio Abreu e Silva, disse que a medida evita novo desgaste ao seu cliente.

Abreu disse que a entrega do documento não interfere na definição das penas. “Só não quero amolação da Polícia Federal na porta dele.”

MONICA BERGAMO

PALMAS

O ministro Ricardo Lewandowski foi aplaudido por alunos da Faculdade de Direito da USP, na segunda. Professor catedrático de teoria do Estado, recebeu a homenagem um dia depois de ter sido hostilizado nas eleições.

31 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende expulsão de índios de fazenda em MS

Cerca de 170 indígenas guarani-caiova foram autorizados a viver no local; eles ameaçavam resistir à desocupação

Juíza afirma que a presença dos índios não atrapalha atividade da fazenda; Funai terá que delimitar terra indígena

DE SÃO PAULO

A Justiça Federal suspendeu ontem decisão liminar que obrigava a saída de índios guarani-caiova de uma área na fazenda Cambará, em Iguatemi, extremo sul de Mato Grosso do Sul.

O caso ganhou repercussão após a divulgação de uma carta de indígenas que vivem na área. No texto, eles prometiam resistir a tentativas de desocupação do local.

“Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui”, afirmou a comunidade de Pyelito Kue-Mbarakay.

A expulsão dos cerca de 170 índios foi solicitada à Justiça em janeiro deste ano pelo dono da fazenda e aceita em setembro pelo juiz Sérgio Bonachela, de Naviraí (MS).

A suspensão foi determinada pela juíza federal Cecília Mello, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede em São Paulo.

A juíza entendeu que a região é tradicionalmente ocupada pelos índios e que “não se tem, até o presente momento, a confirmação de quem são os verdadeiros pro-

prietários das terras”.

Isso porque a Funai (Fundação Nacional do Índio) ainda faz estudos para delimitar terras indígenas —o trabalho começou em 2008, mas até agora não foi concluído.

‘NÃO ATRAPALHA’

Na decisão, Mello diz ainda que a presença dos índios “não atrapalha em absolutamente nada a atividade da fazenda Cambará, até porque a área total das terras é de mais de 760 hectares”.

A decisão de ontem permite a permanência dos guarani-caiovas em um espaço de 10 mil metros quadrados até o término dos estudos de delimitação das terras.

Eles não podem impedir a livre circulação de pessoas, estender plantações, desmatar áreas nem caçar animais da fazenda. A Funai fica obrigada a terminar os estudos “o mais rápido possível”.

Para Mello, a situação re-

flete a “omissão” do poder público e a demora em tomar providências.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse ontem que a Funai deverá concluir em 30 dias uma análise antropológica sobre as terras reivindicadas pelos índios.

Cardozo e a ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos) participaram ontem de uma audiência sobre o caso, em Brasília.

A ministra cobrou agilidade da Justiça em processos que envolvem reconhecimento de terras.

O advogado Armando Albuquerque, defensor do dono da fazenda, disse no fim da tarde de ontem que não tinha conhecimento da nova determinação e por isso ainda não planejava recorrer.

HISTÓRICO

Os guarani-caiovas vivem espalhados por várias áreas no sul do Estado, em terras demarcadas e acampamentos como o da fazenda Cambará. Há outros casos em andamento na Justiça.

O conflito fundiário é recorrente porque muitos fazendeiros têm títulos de propriedade na região.

Índios do chamado cone sul começaram a ser expulsos pelo Império após a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Na década de 1950, o governo federal estimulou a expansão da fronteira agrícola na região.

“ Não se tem, até o presente momento, a confirmação de quem são os verdadeiros proprietários das terras

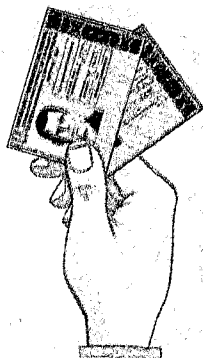
CECÍLIA MELLO
juíza

31 OUT 2012

GAZETA DO POVO

» DECISÃO

Juiz autoriza motorista com habilitação suspensa a dirigir carro



Rafael Waltrick

Um motorista de Curitiba conseguiu na Justiça o direito de continuar dirigindo automóvel mesmo após ter a habilitação suspensa por causa de uma infração cometida enquanto estava de moto. A autuação ocorreu em dezembro de 2009, quando o condutor foi flagrado guiando a motocicleta com a viseira do capacete parcialmente aberta — infração prevista no artigo 244 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Depois de ter um recurso negado no Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR), ele entrou com um processo no 4.º Juizado Especial da Fazenda Pública. O motorista, que é gerente de uma empresa de locação de veículos, obteve uma liminar favorável alegando que teria a atividade profissional restringida ao perder a carteira nacional de habilitação (CNH).

O Detran-PR recorreu da liminar, mas teve o pedido negado no último dia 18. No julgamento do recurso, o juiz relator Antônio Carlos Schiebel Filho recordou um entendimento similar do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de fevereiro de 2002, que tratava de um motociclista autuado por dirigir sem capacete. Na ocasião, a ministra Eliana Calmon defendeu que “a falta cometida não pode contaminar a habilitação para conduzir automóveis, porque não se necessita de capacete para conduzi-los”.

O mesmo argumento é defendido pelo advogado que entrou com a ação no Juizado Especial, Vinicius Augusto Stori Grellert. “Não há razão para que essa penalidade atinja o direito de dirigir automóveis, pois se trata da inobservância de regra específica para motos”, avalia. O Detran-PR preferiu não se pronunciar a respeito da decisão.

31 OUT 2012

GAZETA DO POVO

Internação forçada de usuário de crack é ilegal, alerta MP

Ministério Público diz que prefeitura do Rio de Janeiro será alvo de uma ação civil pública se insistir na política de tratamento compulsório

O Ministério Público (MP) do Estado do Rio de Janeiro se posicionou contra a internação compulsória de adultos usuários de crack em situação de rua, como quer o prefeito Eduardo Paes (PMDB), por considerar a medida ilegal. O anúncio foi feito ontem, em entrevista coletiva, pelos promotores Rogério Pacheco Alves, da 7.ª Promotoria de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania, e Anabelle Macedo Silva, da 3.ª Promotoria de Tutela Coletiva de Saúde.

Na semana passada, a prefeitura do Rio anunciou a intenção de adotar a medida, que ainda depende da criação de regras para a abordagem, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, e da abertura de vagas para a internação desse público. A internação compulsória de crianças e adolescentes já é praticada no Rio desde 2011. Para o prefeito, o dependente de crack "não tem condições de tomar decisão".

5.141

recolhimentos de usuários de crack foram feitos desde março de 2011, segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio. Foram 4.468 adultos e 693 crianças e adolescentes.

42 OPERAÇÕES

de resgate de usuários de crack foram realizadas só neste ano no Rio de Janeiro, com 2.227 acolhimentos, sendo 1.981 adultos e 246 crianças e adolescentes.

Segundo Alves, o usuário de crack só pode ser recolhido compulsoriamente se for flagrado cometendo algum crime. "A abordagem precisa ser realizada por assistentes sociais, sem qualquer conotação policial", afirmou.

De acordo com o MP, em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em maio, a prefeitura do Rio reconheceu a falta de fundamento legal para o recolhimento de adultos e se comprometeu a ampliar a rede de atendimento aos moradores de rua usuários de crack. Se a prefeitura insistir na internação compulsória, será alvo de uma ação civil pública.

CONTINUA

31 OUT 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Comissão da OAB debate dependência

Diego Antonelli

A Comissão de Direito e Dependência Química foi criada ontem pela Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR) para analisar e propor políticas públicas de enfrentamento à dependência química em todo o estado. O grupo é formado por cinco advogados e quatro especialistas da área, entre eles, o ex-ministro da Saúde Alcení Guerra.

Segundo o presidente da comissão, Diogo Busse, serão discutidas principalmente questões ligadas à prevenção e ao tratamento dos dependentes. Entre elas, a internação compulsória de usuários de drogas. "Mas antes de adotá-la é preciso analisar e debater essa questão. Além disso, é necessário estruturar espaços que possam receber essas pessoas", ressalta.

Outra medida citada por ele é ampliar e fortalecer a articulação entre po-

der público e sociedade civil. "As comunidades terapêuticas, que são perto de 100 só na capital do estado, podem ajudar muito no tratamento aos dependentes. É necessário ter essa articulação", exemplifica.

Tratar dependência química apenas como questão de segurança pública tam-

bém é outro ponto que merece ser analisado pelos membros da comissão da OAB-PR. "A punição para os traficantes deve existir. Mas os usuários necessitam de outras políticas públicas que envolvem diretamente a saúde pública", reforça Busse.

O presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb, diz que a comissão visa também a orientar melhor as famílias dos dependentes químicos. "Queremos propor maneiras de prevenir que novas pessoas entrem nas drogas", salienta.

André Rodrigues/Gazeta do Povo



José Glomb e Diogo Busse: grupo vai propor políticas públicas.

31 OUT 2012

GAZETA DO POVO

Desapropriação de hotel para a PGE é questionada

Decreto
desapropriou
prédio ocupado por
estabelecimento
hoteleiro para
transformá-lo
na sede da
Procuradoria-Geral
do Estado

| Sandro Moser

Deputados da oposição ao governador Beto Richa (PSDB) na Assembleia Legislativa do Paraná questionaram ontem o decreto de desapropriação do prédio onde funciona um hotel de luxo, no bairro São Francisco, em Curitiba, para a instalação da nova sede Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Segundo a PGE, o valor da desapropriação é de cerca de R\$ 22 milhões.

A notícia do decreto, assinado por Richa no início do mês, foi publicada na edição de ontem da *Gazeta do Povo*, na coluna do jornalista Celso Nascimento. O documento declara o edifício como de utilidade pública para fins de desapropriação.

O prédio em questão é de propriedade da construtora Nova Itália Empreendimentos Imobiliários, com sede em Pato Branco, e abriga uma

R\$ 22
MILHÕES

é o valor da desapropriação do prédio hoje ocupado pelo Hotel Crowne, no bairro São Francisco, em Curitiba.

franquia do Crowne Plaza Hotel. Parte dos recursos destinados à desapropriação sairá do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado (FPGE), destinado a cobrir despesas da PGE em regime de gestão autônoma. Outra parte viria do remanejamento de recursos do mesmo fundo que tinham sido repassados à Cohapar, mas que acabaram voltando para a origem.

A opção do governo em desapropriar o prédio foi contestada em plenário pelo deputado Tadeu Veneri (PT). Para o petista, estaria faltando clareza nos processos, o que "gera especulações que não são boas para o governo, para a Assembleia e nem para a população". "É preciso que saibamos qual o preço final do negócio. Aparentemente, o valor está abaixo do preço de mercado. Mas fica a pergunta: as reformas que precisarão ser feitas estão computadas? Parece que não", questionou.

Veneri lembrou ainda que há uma semana o governo anunciou que reduziria em 20% todos os seus gastos de custeio. "O governo não pode ser tão contraditório. Em uma semana autoriza a PGE a comprar um prédio novo e na seguinte reduz todas as despesas."

O líder do governo na Assembleia, deputado Ademir Traiano (PSDB) disse que a parte dos R\$ 22 milhões que seria usada pela Cohapar serviria de contrapartida a investimentos do governo federal que não ocorreram. A Cohapar é responsável pelos investimentos em habitação popular no estado.

Assim, segundo Traiano, o governador remanejou os recursos para que a PGE adquirisse sua sede própria. "É um imóvel novo com custo abaixo do de mercado para dar o espaço condizente para os mais de 200 procuradores que são os guardiães do dinheiro público", disse. Segundo Traiano, o investimento vai se pagar em quatro anos, já que se fosse alugar o espaço, o estado pagaria algo como R\$ 400 mil por mês.

CONTINUA

31 OUT 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A oposição replicou a explicação chamando-a de “jogo de palavras”. “O estado tem centenas de imóveis alugados. Esta é a regra ou a exceção? A cada situação pontual a lógica muda”, disse Veneri. O opositor lembrou que o governo acabou de fazer um aluguel de R\$ 6 milhões em veículos.

Outro lado

Em nota, o procurador-geral do Estado, Júlio César Zem, informou que o valor final da desapropriação ainda não foi definido. “O imóvel encontra-se em condições de sediar a PGE imediatamente, com pequenas adaptações.” Cardozo explica que outros imóveis foram analisados e foi considerado o mais adequado. Para o procurador, as atuais instalações da PGE “não são adequadas”, pois estão fragmentadas em diversos imóveis, em locais inadequados, sem espaço físico para acomodação de todos os servidores e para o atendimento adequado do público.

3 1 OUT 2012

GAZETA DO POVO

NOVO MINISTRO



Senado aprova nome de Zavascki para o STF

O Senado aprovou ontem, por 57 votos favoráveis e 4 contrários, a indicação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Teori Zavascki (foto) para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) com a aposentadoria do ministro Cezar Peluso, aos 70 anos. A votação durou cerca de 10 minutos. O novo ministro não participará do julgamento do mensalão, cujo término deve ocorrer em novembro.

Formas alternativas de mediar conflitos: os investidores agradecem!

ARTIGO

CARLOS ALBERTO ERCOLIN,
coordenador do Instituto
Brasileiro de Governança
Corporativa (IBGC-PR)

A firma o ditado: num ambiente onde todos concordam, alguém está sobrando. Por outro lado, da discussão nasce a luz (outro dito conhecido), mas também não é preciso exagerar, não é mesmo? Em algumas empresas, qualquer discussão é, de pronto, encaminhada ao advogado de plantão.

Quando instalado um conflito, a quem devemos recorrer? "Ao Judiciário", diz nossa tradição beligerante em assuntos comerciais e empresariais. Os motivos são vários: desde a proposital procrastinação, o não querer resolver, o "vencer pelo cansaço", à demonstração de poder (quem pode mais contrata as bancas mais caras de advogados). Não cabe aqui a discussão acerca de nossa tradição em deixar para o Judiciário a resolução dos problemas que uma boa e simples negociação poderia resolver. Pelo contrário, vamos debater soluções alternativas – algumas já de conhecimento e uso cada vez maiores; outras, nem tanto.

O dito popular nos alerta que um processo no Judiciário "todos sabem como começa, mas nem todos sabem como termina" – e que fique claro que não se trata de um ataque ao Poder Judiciário, mas apenas a constatação da terceirização de um problema, às vezes demasiado técnico, para um juiz, que nem sempre domina o tema.

Como começamos, então? A quem recorrer? Um grande número de empresas tem recorrido, cada vez mais, a soluções alternativas para solução de conflitos (Alternative Dispute Resolution, ADR, em inglês) que vão desde a simples negociação, passando pela mediação e arbitragem, antes de recorrer ao Judiciário.

Dentre as vantagens mais visíveis estão o menor tempo médio para resolução e a manutenção do foco no negócio principal (temos visto algumas "batalhas" nos jornais onde cada parte ataca o oponente como um adversário a ser vencido a qualquer custo, esquecendo-se que, às vezes, esse "adversário" é seu próprio sócio ou parente). O foco principal passa a ser a disputa, ficando os negócios para um plano inferior. Ao fim, ainda que se tenha levado a entrevero, ficaram pelo caminho vários mortos e feridos, a saber: a reputação da empresa, os clientes perdidos, os executivos que se foram, os processos parados etc. Isso sem dizer que alguns processos no Brasil duram muitos anos e, quanto maior o tempo decorrido, maior a despesa e o desgaste que o processo traz a tiracolo.

Partindo para as soluções alternativas, por outro lado, mantemos as rédeas do processo. Na mediação, por exemplo, apenas se pede a um terceiro que medie a conversação entre as partes (não é necessário que advogados se juntem ao grupo ou que se parta para a junção de provas). Simplificando bastante, diria que a mediação é uma

conversa dirigida (por um mediador profissional, um amigo comum, uma pessoa que ambas as partes respeitem). Ao mediador não cabe "decidir" quem está certo ou até mesmo propor soluções que, na maioria das vezes, vêm das próprias partes. A ele cabe dirigir o espetáculo, ditando as regras, como tempo igual, respeito mútuo etc.

Caso não se chegue a um resultado satisfatório, ainda resta a arbitragem, já em uso por um vasto número de empresas, dados o custo mais baixo na comparação com uma demanda judicial, a maior rapidez e, fator não menos importante, o sigilo. Ao se partir para o Judiciário, todos (incluindo potencialmente seus principais competidores) ficam sabendo da decisão – e do próprio embate –, o que nem sempre é bom para os negócios.

A arbitragem, ao contrário da negociação e da mediação, já tem um caráter mais formal, pois exige um (ou mais) árbitro e sua decisão tem a força da sentença proferida por um juiz. A decisão do árbitro, via de regra, não pode ser contestada e o perdedor não poderá recorrer ao Judiciário.

Fica o alerta: tentemos resolver os conflitos empresariais de uma maneira mais rápida, mais barata e mais racional, deixando para o Judiciário outras demandas mais abrangentes. Os investidores agradecem!

31 OUT 2012

GAZETA DO POVO

Justiça Federal suspende expulsão de indígenas de Fazenda Cambará

! A Justiça Federal suspendeu ontem a decisão liminar que obrigava a saída de índios de uma área na fazenda Cambará, em Iguatemi, extremo sul de Mato Grosso do Sul.

O caso ganhou repercussão após a divulgação de uma carta de indígenas que vivem na área. No texto, eles prometiam resistir à tentativa de desocupação do local. "Decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui", disse a comunidade de Pyelito kue-Mbarakay. A juíza federal Cecília Mello entendeu que a região é tradicionalmente ocupada pelos índios.

PLÁSTICA

Morte de modelo em lipo em SP pode ter sido erro médico

! A polícia vai investigar um possível erro médico na morte da modelo Pamela Baris Nascimento, que teve o fígado perfurado durante cirurgia de lipoaspiração em São Paulo no dia 19. O corpo da mulher, que chegou a ser enterrado em Santa Catarina, será reexaminado pelo Instituto Médico-Legal do estado. "Vamos solicitar também a opinião do IML aqui de São Paulo para investigar a possibilidade de ter ocorrido homicídio culposo", afirma o delegado Evandro Luís de Melo Lemos, responsável pelo caso.

31 OUT 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Senado aprova Teori Zavascki para o Supremo Tribunal Federal

O plenário do Senado aprovou na tarde de ontem (30) o nome do ministro Teori Zavascki para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). A indicação foi aprovada com 54 votos favoráveis e quatro contrários. Não houve abstenções. A comunicação do resultado será feita à presidenta Dilma Rousseff, que fez a indicação. A aprovação pelo

plenário do Senado era a última condição para o novo ministro tomar posse no STF, ainda sem previsão de data para ocorrer. A indicação de Zavascki foi aprovada no último dia 17 pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A sabatina começou em setembro, mas foi interrompida por acordo para aguardar o resultado das eleições.

Para Ayres Britto, Lewandowski poderia prender mesário

Para o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto, Ricardo Lewandowski poderia dar voz de prisão ao mesário por desacato. Britto também destacou que nenhum juiz pode ser hostilizado em razão de suas decisões. "Cada ministro vota de acordo com a sua consciência e a sua ciência do direito. E o fato é que Lewandowski tem votado com toda a consistência técnica, isenção, distanciamento das partes, transparência e desassombro, sem medo e sem receio de desagradar a quem quer que seja. Todos nós estamos sujeitos a críticas, quanto a qualidade do nosso voto, da fundamentação. Mas que não descaimbe para o desacato, para a ofensa pessoal, porque aí a própria ordem jurídica resulta violada", afirmou.

Mesário que hostilizou revisor do mensalão pede desculpa

O mesário que hostilizou, durante a votação do último domingo (28), o revisor do processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, mandou uma carta com pedido de desculpas, informou ontem (30) o gabinete do ministro. Na carta, o rapaz se diz arrependido de ter dito ao magistrado para ele mandar um abraço para José Dirceu. Durante o julgamento do mensalão, o ministro votou

pela absolvição do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu por entender que não havia provas contra ele. Segundo o gabinete, o rapaz foi à casa do ministro em São Paulo, tentou falar pessoalmente com Lewandowski, mas ele não estava em casa. A segurança do ministro identificou pelo nome e outros dados que o rapaz era mesmo o mesário que trabalhava na seção eleitoral de Lewandowski no último domingo.

C. Mourão entrega títulos honoríficos

Nesta quinta-feira (1/11), em sessão solene que acontecerá nas dependências do Celebra Eventos, a partir das 19 horas, a Câmara de Vereadores de Campo Mourão fará a entrega de Título de Cidadania Honorária do Município a três desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná. A principal honraria do Município será outorgada aos desembargadores Espedito Reis do Amaral, Miguel Kfouri Neto e Noeval de Quadros.

A homenagem é em reconhecimento a atuação dos desembargadores no processo que aprovou a elevação da comarca de Campo Mourão a categoria de Entrância Final. Tratava-se de uma antiga reivindicação do Município e o pleito foi encampando por inúmeras instituições e lideranças locais e regionais.

Os projetos que concederam a honraria são de autoria do vereador e advogado Edoel Rocha. "Os mais diferentes segmentos da comunidade mourãoense mobilizaram-se na luta pela elevação da comarca a categoria de Entrância Final e essa importante conquista somente se concretizou por que houve a sensibilidade e o reconhecimento por parte dos homenageados", explica Edoel Rocha. A maioria dos demais vereadores também subscreveram os projetos.

Miguel Kfouri Neto é o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, enquanto Noeval de Quadros é o Corregedor Geral do TJ. Já o desembargador Espedito Reis do Amaral também contribuiu para a elevação da comarca e no passado atuou como juiz em Campo Mourão.

Na mensagem justificativa do projeto que concedeu o título ao presidente do TJ/PR, Miguel Kfouri Neto, o vereador Edoel Rocha observa que "essa conquista veio porque houve a sensibilidade, reconhecimento, mas principalmente, o apoio" do homenageado. Sobre a homenagem ao corregedor geral, desembargador Noeval de Quadros, o vereador salienta que o homenageado emitiu parecer favorável ao processo. "Essa homenagem é o reconhecimento do povo de Campo Mourão pela grandeza do gesto, pois essa contribuição muito vai ajudar o desenvolvimento do Município".

A sessão solene será presidida pelo vereador e advogado Eraldo Teodoro de Oliveira, secretariado pelo vereador Helton Borges.

Em exercício - Miguel Kfouri Neto vem a Campo Mourão na condição de presidente licenciado do TJ e como governador em exercício do Paraná. Beto Richa encontra-se em viagem a China, Dubai e a Itália, no período de 30 de outubro a 9 de novembro, com o propósito de atrair novos investimentos ao Estado. Também o vice-governador Flávio Arns e o presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossini, encontram-se em viagens internacionais.

Jornal Boca Santa 30/out/2012

Campo Mourão

ENQUANTO ISSO, NO PALÁCIO IGUAÇU...

Os cliques são de Curitiba, onde o governador Beto Richa recebeu o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto. Isso porque Richa segue em viagem para China, Dubai e Itália, e aí caberá Kfouri Neto ficar como governador interino por uns dias. Detalhe: nesta quinta (19h) ele vai receber o título de Cidadão Honorário de Campo Mourão.